

Para uma História da Sociologia no Brasil: a Obra Sociológica de Florestan Fernandes – Algumas Questões Preliminares

Miriam Limoeiro-Cardoso



Texto disponível em www.iea.usp.br/artigos

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do autor, não refletindo necessariamente as posições do IEA/USP.

Para uma História da Sociologia no Brasil: a Obra Sociológica de Florestan Fernandes Algumas Questões Preliminares¹

Miriam Limoeiro-Cardoso²

Este texto tem caráter assumidamente preliminar, já que coloca preocupações e perspectivas de uma pesquisa iniciada há apenas três meses. Não pretende, pois, apresentar resultados, ainda que parciais, mas propor à discussão encaminhamentos e hipóteses que organizam o projeto "Para uma história da sociologia no Brasil", em curso neste Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.

O texto consta de duas partes. A primeira procura situar a pesquisa no contexto da história das ciências, especificando o seu sentido e caracterizando a sua diferenciação de investigações de outro tipo que estão sendo desenvolvidas entre nós. A segunda parte levanta algumas hipóteses de leitura da obra de Florestan Fernandes e começa a sua elaboração.

Se esta apresentação produzir algum debate, levando a observações e a críticas, terá alcançado seu objetivo principal, como documento de trabalho que é.

I – INDICAÇÕES INICIAIS PARA SITUAR O PROJETO NA PERSPECTIVA DA HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS

Quem se dispõe a fazer estudos com vistas à elaboração de uma história de uma dada ciência, precisa considerar as condições contemporâneas nas quais esta ciência se produz. Como o pensamento pós-moderno alcançou também a sociologia, nestas condições se inclui necessariamente a discussão de questões decorrentes desse novo relativismo, tais como a possibilidade da representação e da verdade, a pertinência da teoria, a relação autor/texto/leitor, a morte do sujeito, etc. No meu entendimento, porém, numa pesquisa como esta, é conveniente começar pela colocação da perspectiva segundo a qual o próprio objeto da pesquisa está sendo desenhado.

Este projeto se inscreve no campo da história das ciências, cujo sentido, portanto, é necessário especificar. O desenvolvimento da pesquisa deverá produzir essa especificação

¹ Texto da conferência proferida no IEA em 16 de dezembro de 1994.

² Universidade Federal do Rio de Janeiro – Ciências Sociais.

quanto à ciência particular em pauta (sociologia) produzida nesta região específica (Brasil). No entanto, desde já cabe oferecer algumas indicações e algumas demarcações de caráter mais geral, observações que dizem respeito à própria concepção de história das ciências a adotar, envolvendo problemas como: o seu objeto próprio, se o conhecimento científico é ou não cumulativo, se sua acumulação se opera por continuidade ou descontinuidade, até que ponto cabe considerar a fundação de uma ciência, se o passado que ela contém deve ser admitido apenas como superado/abandonado, ou se o presente científico (ou cada momento do saber científico) se elabora sempre como produto de uma relação forte (ainda que de ruptura) com esse passado, se cabe ou não pensar em termos de progresso científico e tantos outros problemas do mesmo tipo.

Podemos tomar como referência inicial a questão colocada a Foucault pelo Círculo Epistemológico da École Normale Supérieure: "A noção de ruptura epistemológica serve, desde a obra de Bachelard, para designar a descontinuidade que a filosofia e a história das ciências acreditam marcar entre o nascimento de toda ciência e o 'tecido de erros positivos, tenazes, solidários' retrospectivamente reconhecidos como a precedendo." (M. Foucault, Dits et écrits, t.I., p. 696).

A possibilidade de uma história das ciências supõe desde o início o inacabamento essencial do conhecimento científico, o que equivale à não plenitude desse conhecimento e ao seu caráter não absoluto enquanto verdade. Mas supõe também uma distinção fundamental: a diferença entre uma verdade que contém erro — erro esse que só se descobre por meio de uma verdade que, ao reelaborar o conhecimento anterior, duvidando dele e o criticando, reconhece nele um erro e o ultrapassa — e o "tecido de erros positivos, tenazes e solidários" (G. Bachelard, La Philosophie du Non,8) que caracterizam um domínio pré-científico ou não-científico. Uma coisa é uma verdade que admite ser incompleta e aproximada, que contém erro e que, portanto, é, neste sentido, relativa. Outra coisa é o erro que se supõe ou se afirma como verdade, e verdade plena, e que, deste modo, se constitui como obstáculo epistemológico ou como um tipo de ideologia.

Considerando o conhecimento enquanto verdade aproximada, que, portanto, contém erro, a história dos conhecimentos é uma história sempre refeita, que também precisa ser sempre refeita por quem a reconstrói como história, história que é reconstruída, sempre feita "para trás", retrospectivamente. As primeiras grandes questões em torno das quais essa história se articula são a relação verdade/erro e a relação de descontinuidade que marca a construção dessas verdades. Assim, o conhecimento científico sempre tem um passado. No caso das grandes transformações que a história das ciências revela, é contra

esse passado que a nova verdade se constrói, o que coloca como chave dessa construção a noção de retificação. A descontinuidade como marca da construção do conhecimento científico conduz a uma concepção de história das ciências enquanto história das diferenças de construção desta ciência, especialmente com referência às mutações experimentadas por ela ao longo do tempo da sua constituição, definindo momentos que podem ser sucessivos, mas são descontínuos.

Gaston Bachelard nos diz que "há ruptura entre o conhecimento sensível e o conhecimento científico". (id. 10). Acredita que "o progresso científico manifesta sempre uma ruptura, perpétuas rupturas, entre conhecimento comum e conhecimento científico, desde que se aborde uma ciência evoluída, uma ciência que, pelo fato mesmo de suas rupturas, traga a marca da modernidade" (G. Bachelard, Le Matérialisme rationnel, 207). Com a sua Filosofia do Não, Bachelard procura entender cada grande ruptura constitutiva de uma ciência como "uma reorganização do saber sobre uma base ampliada" (G. Bachelard, La Philosophie du Non, 135). Nesta filosofia, "a generalização pelo não deve incluir o que ela nega" (id., 137). Nesse sentido, Bachelard insiste "sobre o valor dilemático das novas doutrinas, como a geometria não-euclidiana, a medida não-arquimediana, a mecânica não-newtoniana com Einstein, a física não-maxwelliana com Bohr, a aritmética de operações não-comutativas que se poderia designar como não-pitagórica". (G. Bachelard, Le Nouvel Esprit Scientifique, 7) Adverte, no entanto, que "não há nada de automático nestas negações e não se deverá esperar encontrar uma espécie de conversão simples que possa fazer entrar logicamente as novas doutrinas no quadro das antigas. Trata-se antes de uma extensão verdadeira. A geometria não-euclidiana não é feita para contradizer a geometria euclidiana. Ela é antes uma espécie de fator adjunto que permite a totalização, o acabamento do pensamento geométrico, a absorção numa pangeometria. Constituída à orla da geometria euclidiana, a geometria não-euclidiana delinea de fora, com uma luminosa precisão, os limites do antigo pensamento." (id., 8).

A noção de extensão verdadeira merece uma palavra de esclarecimento, sem a qual ela talvez possa indicar equivocadamente algo no sentido da continuidade ou da não-ruptura. Mas Bachelard é muito claro a esse respeito. Para a sua concepção de extensão verdadeira convergem as noções de progresso científico, de verdade aproximada e do que Canguilhem tão adequadamente colocou como a primeira característica da epistemologia bachelardiana — o primado teórico do erro (cf. G. Canguilhem, "Sur une Épistémologie Concordataire", 5). Defensor de uma filosofia do inexato, Bachelard afirma a "existência inegável de um erro que não pode, por natureza, ser totalmente eliminado e que nos obriga

a nos contentarmos com aproximações" (G. Bachelard, Essai sur la Connaissance Approchée,13) Conseqüentemente, ele assume "como postulado da epistemologia o inacabamento fundamental do conhecimento" (id.). Neste quadro, o progresso em uma ciência consiste em, sobre uma dúvida específica, questionar o conhecimento estabelecido, nele descobrir um erro e ser capaz de propor uma efetiva retificação deste erro, fazendo, assim, avançar o processo sem fim de aproximação, em busca de uma verdade sempre inexata e, portanto, sempre passível de ser retificada.

É importante ter atenção em que, para Bachelard, as extensões verdadeiras, apesar de extensões, constituem rupturas, rupturas intracientíficas. Diz Bachelard; "Com efeito, a história humana bem pode, em suas paixões, em seus preconceitos, em tudo que releva dos impulsos imediatos, ser um eterno recomeço; mas há pensamentos que não recomeçam; são os pensamentos que foram retificados, alargados, completados. Eles não voltam a sua área restrita ou cambaleante. Ora, o espírito científico é essencialmente uma retificação do saber, um alargamento dos quadros do conhecimento. Julga seu passado histórico, condenando-o. Sua estrutura é a consciência de suas faltas históricas. Cientificamente, pensa-se o verdadeiro como retificação histórica de um longo erro, pensa-se a experiência como retificação da ilusão comum e primeira. ... A própria essência da reflexão é compreender que não se compreendera. Os pensamentos não-baconianos, não-euclidianos, não- cartesianos estão resumidos nestas dialéticas históricas que apresentam a retificação de um erro, a extensão de um sistema, o complemento de um pensamento". (G. Bachelard, Le Nouvel Esprit Scientifique, 173-174). Retificação, extensão, complemento, sim, mas através de rupturas. Tal sentido se explicita, por exemplo, quando Bachelard estuda a mecânica e considera neste campo a relação de Einstein com Newton. De acordo com Bachelard, "do ponto de vista astronômico, a refundição do sistema einsteiniano é total. A astronomia relativista não sai de modo algum da astronomia newtoniana... Mesmo sob aspecto simplesmente numérico, enganamo-nos, acreditamos, quando vemos no sistema newtoniano uma primeira aproximação do sistema einsteiniano, pois que as sutilezas relativistas não decorrem de uma aplicação aperfeiçoada dos princípios newtonianos. Não se pode, portanto, dizer corretamente que o mundo newtoniano prefigura em suas grandes linhas o mundo einsteiniano. É bem depois, quando nos instalamos de improviso no pensamento relativista, que reencontramos nos cálculos astronômicos da Relatividade — por mutilações e abandonos — os resultados numéricos fornecidos pela astronomia newtoniana. Não há, portanto, transição entre o sistema de Newton e o sistema de Einstein. Não se vai do primeiro ao segundo acumulando conhecimentos, redobrando os cuidados

nas medidas, retificando ligeiramente os princípios. É preciso, ao contrário, um esforço de novidade total." (id. 41-42). Uma retificação deste tipo significa, assim, uma refundição totalmente nova. Não há transição, não há passagem de um sistema a outro, embora o novo se constitua por retificação do que lhe antecede. Só pode ser novo em relação a ele quando rompe com ele e re-constitui o saber sobre novas bases, nova fundamentação.

Foucault contribui bastante para tornar mais nítidas as diferenças na discussão sobre a descontinuidade. Recorre a Canguilhem, entendendo que para ele "a demarcação das descontinuidades não é nem um postulado, nem um resultado: é, porém, mais propriamente uma 'maneira de fazer', um procedimento que faz corpo com a história das ciências." Foucault comenta: "A história das ciências, com efeito, não é a história do verdadeiro, de sua lenta epifania; ela não saberia recontar a descoberta progressiva de uma verdade inscrita desde sempre nas coisas ou no intelecto, salvo se se imaginar que o saber de hoje a possui enfim de modo tão completo e definitivo que pode tomar a partir dela a medida do passado. E, no entanto, a história das ciências não é uma pura e simples história das idéias e das condições nas quais elas apareceram antes de se apagar. Na história das ciências, não se pode dar a verdade como alcançada, mas também não se pode fazer a economia de uma relação com o verdadeiro e com a oposição verdadeiro-falso. É esta referência ao verdadeiro-falso que dá a esta história sua especificidade e sua importância. Sob qual forma? Concebendo que se tem que fazer 'discursos verídicos', quer dizer, discursos que se retificam, se corrigem e que operam sobre eles mesmos todo um trabalho de elaboração finalizada pela tarefa de 'dizer a verdade' (dire vrai). O laço histórico que os diferentes momentos de uma ciência podem ter uns com os outros têm, necessariamente, esta forma de descontinuidade que constituem os remanejamentos, as refundições, a atualização de novos fundamentos, as mudanças de escala, a passagem a um novo tipo de objetos — 'a revisão perpétua dos conteúdos por aprofundamento e rasura', dizia Cavailles. O erro não é eliminado pela força surda de uma verdade que pouco a pouco sairia da sombra, mas pela formação de uma nova maneira de 'dizer a verdade'." (M. Foucault, Dits et Écrits, t. III, 435 e t. IV, 769-770).

A história das ciências se preocupa fundamentalmente com as interrupções, com as rupturas, com as reformulações, com as refundições, com as mudanças de objeto, com as revoluções científicas. Remetendo às formulações de Bachelard, de Grueroult e de Canguilhem, Foucault diz: "De fato, é a noção de descontinuidade que mudou de estatuto. Para a história, sob sua forma clássica, o descontínuo era ao mesmo tempo o dado e o impensável: o que se oferecia sob a espécie de acontecimentos, de instituições, de idéias ou

de práticas dispersas; e o que devia ser, por meio do discurso do historiador, contornado, reduzido, apagado para que aparecesse a continuidade dos encadeamentos. A descontinuidade era esse estigma da dispersão temporal que o historiador tinha o encargo de suprimir da história. Ela se tornou agora um dos elementos fundamentais da análise histórica. Aparece aí sob um triplo papel. Primeiramente, constitui uma operação deliberada do historiador (e não mais o que ele recebe, apesar dele, do material que tem para tratar): porque, ao menos a título de hipótese sistemática, ele deve distinguir os níveis possíveis de sua análise e fixar as periodizações que convêm a esses níveis. Ela é também o resultado de sua descrição (e não mais o que se deve eliminar sob o efeito de sua análise): porque o que [o historiador] tem a incumbência de descobrir são os limites de um processo, o ponto de inflexão de uma curva, a inversão de um movimento regulador, os limites de uma oscilação, o limiar de um funcionamento, a emergência de um mecanismo, o instante de desregulagem de uma causalidade circular. Ela é enfim um conceito que o trabalho não cessa de especificar: não é mais esse vazio puro e uniforme que destaca de um único e mesmo espaço em branco duas figuras positivas; ela toma uma forma e uma função diferentes segundo o domínio e o nível aos quais se a atribui ... O descontínuo passa a ser conceito operatório para o historiador, não mais o negativo da leitura histórica (seu inverso, seu fracasso, o limite do seu poder), mas o elemento positivo que determina seu objeto e valida sua análise" (M. Foucault, Dits et Écrits, t.I, 698).

Apesar das grandes diferenças que os separam, no que concerne à consideração da história das ciências pelo prisma da descontinuidade, podemos aproximar Bachelard e Kuhn. Thomas S. Kuhn compreende "o desenvolvimento científico como uma sucessão de períodos ligados à tradição e pontuados por rupturas não-cumulativas". (T.S. Kuhn, The Structure of Scientific Revolutions, 208). Assim, considera "revoluções científicas aqueles episódios de desenvolvimento não-cumulativo, nos quais um paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior" (id. 77). Para ele, "os exemplos mais óbvios de revoluções científicas são aqueles episódios famosos do desenvolvimento científico que, no passado, foram freqüentemente rotulados de revoluções... Mais claramente que muitos outros, esses episódios exibem aquilo que constitui todas as revoluções científicas, pelo menos no que concerne à história das ciências físicas. Cada um deles forçou a comunidade a rejeitar a teoria científica anteriormente aceita em favor de uma outra incompatível com aquela. Como conseqüência, cada um desses episódios produziu uma alteração nos problemas à disposição do escrutínio científico e nos padrões pelos quais a profissão determinava o que deveria ser considerado

como um problema ou como uma solução de problema legítimo." (id., 6) Os estudos de Kuhn o levam a enfatizar a importância dos paradigmas, concebendo mesmo a história da ciência como um "estudo histórico da mudança de paradigmas" (id., 94) e aceitando "como pressuposto que as diferenças entre paradigmas sucessivos são ao mesmo tempo necessárias e irreconciliáveis" (id., 103). Vale a pena ressaltar que cada paradigma elege seus próprios problemas e seus próprios instrumentos e cânones de resolução. Em Kuhn, a noção de ciência está sempre ligada à de paradigma, e esta ganha seu sentido maior quando permite confrontar diferentes paradigmas.

Uma outra perspectiva sobre a história das ciências que é interessante recolher, num momento de construção de objeto de investigação como o nosso, encontra-se em Feyerabend. Discutindo a idéia de aproximação (idéia que, neste autor, não corresponde exatamente à apresentada por Bachelard) e a própria idéia de verdade, Feyerabend dá uma outra dimensão à história de uma ciência. Para ele, "o conhecimento... não é uma série de teorias coerentes, a convergir para uma doutrina ideal; não é um gradual aproximar-se da verdade. É, antes, um oceano de alternativas mutuamente incompatíveis (e, talvez, até mesmo incomensuráveis), onde cada teoria singular, cada conto de fadas, cada mito que seja parte do todo força as demais partes a manterem articulação maior, fazendo com que todas concorram, através desse processo de competição, para o desenvolvimento de nossa consciência. Nada é jamais definitivo, nenhuma forma de ver pode ser omitida de uma explicação abrangente. Plutarco ou Diógenes Laércio e não Dirac ou von Neumann são os modelos para a apresentação dessa espécie de conhecimento, onde a história de uma ciência se faz porção inseparável da própria ciência — essencial para seu posterior desenvolvimento, assim como para emprestar conteúdo às teorias que encerra em qualquer momento dado." (P. Feyerabend, Contra o método, 40-41, grifado do original) ⁽³⁾. Porque "nada é jamais definitivo", fica justificado o princípio que metodologicamente rege Feyerabend: "tudo vale" (id., 34). Deste ponto de vista, qualquer formulação — de "cada teoria singular" a "cada conto de fadas" — deve ser tratada como "parte do todo", entendido este apenas como o conjunto de todas as formulações disponíveis, o seu "oceano de alternativas mutuamente incompatíveis (e talvez até mesmo incomensuráveis)". A história de uma ciência guarda, assim, as contribuições passadas que, com as que se encontram no presente, formam aquele "oceano". Curioso é que, apesar dessa concepção,

³ Toda vez que houver palavras ou expressões sublinhadas nas citações e não houver menção de que foi grifada por mim, M.L.C, estará grifado no original.

Feyerabend não descarta a noção de "desenvolvimento", quer o desenvolvimento de uma ciência, quer "o desenvolvimento de nossa consciência".

Se não fosse pela sua importância mais geral, pelo menos em vista de uma concepção como essa ressalta a necessidade de considerar a questão da fundação de uma ciência. Kuhn se refere a "período pré-paradigmático": "Após o período pré-paradigmático, a assimilação de todas as novas teorias e de quase todos os novos tipos de fenômeno exigiram a destruição de um paradigma anterior e um conseqüente conflito entre escolas rivais de pensamento científico." (T.S. Kuhn, The Structure of Scientific Revolutions, 96) A ciência, portanto, começa com a constituição de um paradigma, que corresponde à constituição de uma comunidade científica, porque "um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste de homens que partilham um paradigma" (id., 176). As discussões que Kuhn adianta no seu famoso Posfácio de 1969 sobre a melhor maneira de se referir àquilo que é partilhado por uma comunidade científica como sendo um paradigma, uma teoria, um conjunto de teorias ou uma "matriz disciplinar" não vem tanto ao caso aqui. Importa mais neste momento para nós a sua menção ao "período pré-paradigmático".

Bachelard ficou muito conhecido nas décadas de 1960 e 1970 pelo conceito — que seria seu — de "corte epistemológico", especialmente pelo uso que dele fez Althusser, que o remetia explicitamente a Bachelard. Bachelard distingue "três grandes períodos" do pensamento científico: "o estado pré-científico, o estado científico e a era do novo espírito científico" (G. Bachelard, La Formation de l'Esprit Scientifique, 6-7). Mas seu trabalho epistemológico fica quase todo concentrado na caracterização do novo espírito científico, marcadamente quanto à ruptura que o constitui em relação ao estado científico da ciência em questão. De acordo com E. Balibar, o conceito de "corte epistemológico" é um conceito original de L. Althusser — e não de G. Bachelard. Assim, nesta questão, Althusser parece dever menos a Bachelard do que ele próprio fez acreditar. Para Balibar, no que se refere ao conceito de corte epistemológico, Althusser "deve 'alguma coisa' a Bachelard e repousa sobre certos pressupostos comuns, mas visa de fato um objeto completamente diferente e abre um campo de investigação completamente diferente." (E. Balibar, Écrits pour Althusser, 11).

Além do próprio Althusser, foram especialmente M. Pécheux e E. Balibar que mais insistiram sobre a questão do corte epistemológico, tentando distinguir e precisar bem — talvez de forma excessivamente formal e exagerada — os conceitos de corte epistemológico, de ruptura intraideológica e de ruptura intra-científica. Pécheux e Balibar

advertem, num texto que consiste numa espécie de introdução ao livro de Fichant e Pécheux Sur l'Histoire des Sciences: "o conceito de corte (coupure) é antes de tudo aplicado aqui à história da física. A utilização adequada deste conceito para a análise da constituição científica de tal ou qual outra disciplina exige, a cada vez, um trabalho epistemológico sobre a história da disciplina considerada, referida ao campo diferencial da história das ciências." (Pécheux e Balibar - "Definitions", 12, nota 7). Nesse mesmo texto, eles esclarecem: "no processo histórico de formação da física científica chamaremos corte (coupure) epistemológico o ponto de 'não retorno' (segundo a expressão de F. Regnault) a partir do qual esta ciência começa." (id. 8) É neste sentido específico que retomam a questão althusseriana da fundação de uma ciência, uma espécie de ponto zero, decisivo, revolucionário, a partir do qual esta ciência tem efetivamente o seu começo, rompendo por meio de um corte (depois do qual não há retorno possível) com as concepções que antes dele dominavam e que com ele têm o seu questionamento levado até o ponto de passarem a constituir o que então pode ser possível designar como pré-ciência (que acaba sendo por eles identificada com ideologia). Naquela definição deve-se acentuar os termos "corte epistemológico", "ponto de não retorno" e "começo".

Pécheux e Balibar esclarecem ainda que "falar de começo significa que o corte constituinte de uma ciência se efetua necessariamente numa conjuntura definida, onde as origens (as filosofias e as ideologias teóricas que definiam o espaço dos problemas) sofreram um deslocamento para um novo espaço de problemas." (id., 9) Cada ciência, portanto, na sua história não tem origens, mas sim um começo efetivo, começo este que se situa numa conjuntura específica de deslocamento de um determinado conjunto de problemas para "um novo espaço de problemas". Esse "espaço de problemas" será precisado num conceito próprio, o de problemática, que discutirei adiante.

No seu intuito de definição rigorosa dos conceitos, Pécheux e Balibar chamam de "demarcações (ou rupturas intra-ideológicas) os aperfeiçoamentos, correções, críticas, refutações, negações de certas ideologias ou filosofias precedendo logicamente o corte epistemológico da física" (id. 10). Admitem, ainda, que a partir do corte a ciência nova compreende "rupturas intra-científicas ou, segundo a expressão de F. Regnault, refundições da problemática teórica, que intervêm na história de uma ciência" (id. 11-12). Trabalham, pois, com o conceito de corte epistemológico instituinte ou fundador de uma ciência, diferenciado pela sua radicalidade das rupturas (intra-ideológicas) que o antecedem — as quais também chamam de demarcações —, como ainda das rupturas (estas intracientíficas) que o sucedem — que também chamam de refundições. Na verdade, pretendem estar

lidando com três tipos de rupturas: a do corte (instituinte ou ponto de não-retorno), as intra-ideológicas ou pré-científicas e as intra-científicas. É especialmente sobre estas últimas que Bachelard mais trabalha, caso a caso, em diferentes ciências.

Uma das contribuições mais importantes de Bachelard consiste no conceito de obstáculo epistemológico, conceito que, segundo Canguilhem, torna Bachelard "um inovador genial" (G. Canguilhem, Études d'Histoire et de Philosophie des Sciences, 176). Diz Bachelard: "é em termos de obstáculos que é necessário colocar o problema do conhecimento científico" (G. Bachelard, La Formation de l'Esprit Scientifique, 13). Entende que esses obstáculos se encontram no objeto (complexidade e fugacidade dos fenômenos), no sujeito (fraqueza dos sentidos e do espírito humano) e no ato mesmo de conhecer (causas de estagnação, de regressão, de inércia). Bachelard se detém nos obstáculos que se encontram no ato mesmo de conhecer, chamado a atenção para que aquilo que se julga saber claramente ofusca o que se devia saber, quando a idéia científica demasiadamente familiar se torna obstáculo para levar adiante o saber. Se, por um lado, é preciso saber para melhor interrogar, a invenção científica requer verdadeiras revoluções espirituais. Nada mais consistente como obstáculo para o desenvolvimento da ciência do que um conhecimento não questionado. É preciso, pois, trabalhar melhor sobre o vínculo do desenvolvimento do saber científico com o saber constituído.

Refletindo sobre a existência de obstáculos no plano do objeto, quando esse objeto é sociedade e quando a sociedade é dividida, se a diferenciação social que resulta dessa divisão não é apenas superficial e secundária, mas fundamental e estruturante, a própria divisão social objetiva cria condições materiais (objetivas) distintas, constituindo sujeitos diferenciados e estabelecendo limites objetivos para a constituição desses sujeitos. Este tipo de reflexão deve incluir necessariamente um grande cuidado para evitar estabelecer de forma mecanicista as relações de determinação, especialmente a relação entre a diferenciação social objetiva e a diferenciação de pontos de vista, com suas conseqüências em termos de possibilidades ou impossibilidades de conhecimento objetivo. Para uma sociologia da sociologia, tal cuidado é fundamental. Tratando dos obstáculos no objeto, portanto, nas ciências da sociedade é preciso acrescentar à fugacidade e complexidade dos fenômenos a divisão interna da sociedade, com a conseqüente organização diferenciada da complexidade e fugacidade da realidade social.

Quanto aos obstáculos epistemológicos no plano do sujeito, parece-me necessário ter presente questões relativas à ideologia e à dominação ideológica. Bachelard formula que "diante do mistério do real, a alma não se pode fazer ingênua por decreto" (id., 14). O

conhecimento do real nunca é imediato e pleno e a verdade, sempre aproximada, decorre de um passado de erros. No ensinamento bachelardiano, se conhece contra um conhecimento anterior, destruindo conhecimentos mal feitos. Mas, o que constitui esse conhecimento anterior? Por um lado, o passado próprio da ciência em questão, se ela já está constituída, ou o passado de um determinado domínio que, ao ser constituído como científico, determina retrospectivamente como pré-científico aquele passado com o qual foi preciso romper. Aí se encontram autores e suas "obras", caracterizando cada um desses momentos constitutivos. Por outro lado, o conhecimento anterior inclui a opinião, que G. Bachelard identifica com as pré-noções e é aquela que traduz necessidades em conhecimento, não pensa e constitui, assim, o obstáculo epistemológico primeiro. A opinião "já sabe" e nada cria mais obstrução ao processo de saber do que já saber. Esta questão se complica quando se recorre ao conceito de cultura e, mais ainda, ao de ideologia, porque então a opinião não é mais meramente dispersa, mas é formada, ou conformada, como parte de processos em que o subjetivo e o objetivo se constituem articuladamente numa formação social. Admitindo a sociedade internamente dividida e atravessada por relações de exclusão, de exploração, de expropriação, as ideologias fazem parte da divisão dessa sociedade e permeiam todas essas relações que a constituem. Pode-se falar em dominação ideológica quando formulações compatíveis com posições determinadas e particulares nessa sociedade são apresentadas, difundidas, inculcadas como se fossem universais e, portanto, igualmente compatíveis com outras posições sociais fundamentalmente diferentes. Essa universalização forjada apaga diferenças e exclui as formas e os meios de diferenciação e, conseqüentemente e prioritariamente, os meios e as formas de exclusão, de exploração e de dominação. Neste sentido, a subjetividade conformada por um processo de dominação ideológica pode ser adequadamente considerada como um obstáculo epistemológico construído como tal. Por isso que, na presença dele, o conhecimento não se faz se não conseguir distinguí-lo e superá-lo, rompendo com ele, num processo que de forma alguma é apenas racional, o que já é uma nova questão. Por enquanto, fiquemos apenas em que não se trata mais somente de reconhecer que para conhecer é preciso ir contra um conhecimento anterior, "destruindo conhecimentos mal feitos", porque aí se permanece no interior do campo científico ou que se pretende como parte desse campo. Os supostos conhecimentos que dão forma a uma dominação ideológica não são conhecimentos mal feitos, nem são exclusividade de um campo pretensamente científico. Eles atravessam a sociedade inteira, ainda que nem sempre da mesma maneira. E mais, havendo uma ideologia dominante, é ela a

problemática por excelência da sua sociedade enquanto persistir como dominante, ou seja, é ela que define o campo no interior do qual se pensa essa sociedade e se problematiza dentro dela.

Então, todo conhecimento tem um passado, mas não se conhece, ou não se faz avançar o conhecimento, sem ir contra o conhecimento anterior no qual foi possível descobrir um erro. Creio que é conveniente entender essa anterioridade, não apenas no sentido cronológico de uma seqüência de constituição de um conceito num domínio determinado do saber, mas também, no sentido mais propriamente social, embora sempre histórico, desse conhecimento. Em termos de uma teoria da ideologia, uma sociedade se constitui num campo de conhecimento, ou, como diria Althusser, num campo de conhecimento/desconhecimento, dela mesma. Esse campo de saber que se configura numa ideologia dominante é, por assim dizer, uma primeira anterioridade, logicamente pelo menos, para quem pretende produzir conhecimento sobre essa sociedade. Se há um conhecimento anterior sobre o qual e contra o qual o conhecimento em processo de constituir-se vai se fazer, e se imediatamente esse conhecimento anterior pertence ao campo da ciência (de fato ou pretensamente), não tão imediatamente, mas também de fato, esse conhecimento anterior remete ao campo ideológico dentro do qual se encontram os conjuntos de conhecimentos disponíveis científica, filosófica e ideologicamente.

Essas reflexões me levam a um conceito que para mim é chave para pensar a produção de conhecimentos, seja em que área for: o conceito de problemática. Dominique Lécourt considera, creio que com toda pertinência, que a noção de problemática é um dos conceitos fundamentais da epistemologia de Bachelard. Essa noção é tratada como destaque em Bachelard, como também em Althusser e ambos a tratam nos limites estritos do pensamento científico. Julgo que se deve acolher bem suas contribuições, mas acho que é necessário, ou pelo menos proveitoso, ir além.

Diz Bachelard: "Tudo irá se esclarecer se colocarmos o objeto de conhecimento numa problemática, se o indicarmos num processo discursivo de instrução" (G. Bachelard, Le Rationalisme Appliqué, 55). Propõe como necessária a idéia "de uma problemática antecedente a toda experiência que se pretenda instrutiva, uma problemática que se fundamente, antes de se tornar rigorosa, numa dúvida específica, numa dúvida especificada pelo objeto a conhecer." (id., 56). Os problemas não se colocam por si. "Antes de tudo, é preciso saber colocar os problemas", diz Bachelard, "é necessário ter o senso do problema". A pesquisa científica contemporânea começa com um problema, mas esse problema a razão não detecta, é ela que o formula. Assim, o problema não pertence propriamente ao

plano do objeto, porque ele é resultado de uma reformulação, que, porém, se faz numa determinada situação. Para Bachelard, "a ciência instrui a razão",... "o imediato deve ceder o passo ao construído". (G. Bachelard, La Philosophie du Non, 144) Radicalizando sua argumentação, Bachelard afirma que "a aritmética não é fundada sobre a razão. É a doutrina da razão que é fundada sobre a aritmética elementar. Antes de saber contar, não se sabia muito o que era a razão. Em geral, o espírito deve se dobrar às condições do saber. Ele deve criar em si uma estrutura correspondente à estrutura do saber. ... Que seria uma função sem as ocasiões de funcionar? Que seria uma razão sem as ocasiões de raciocinar? A pedagogia da razão deve, pois, lucrar com todas as ocasiões de raciocinar. Deve procurar a variedade de raciocínios, ou melhor, as variações do raciocínio." (id., 144-145). O ensinamento bachelardiano é, portanto, de que é a ciência que instrui a razão, no sentido preciso de que cada problemática científica constitui uma variação do exercício da razão. Haveria, assim, uma razão newtoniana, diferente de uma razão einsteniana, cada qual correspondente a uma problemática específica dentro da qual é constituída.

Ao mencionar o conceito de problemática como um dos três importantes "empréstimos" que faz a formuladores de outras disciplinas, Althusser o vincula a Jacques Martin (L. Althusser, Pour Marx, 24). Curiosamente, não menciona aí Bachelard. No seu Lire Le Capital oferece com maior nitidez a noção de problemática com a qual opera. Diz que a prática científica "não pode colocar problema a não ser sobre o campo e no horizonte de uma estrutura teórica definida — sua problemática — que constitui a condição de possibilidade definida absoluta, e portanto, a determinação absoluta das formas de colocação de todo problema, num momento considerado da ciência". (L. Althusser, E. Balibar e R. Establet, Lire Le Capital, 27).

A questão colocada pela noção de problemática decorre de duas suposições básicas. Em primeiro lugar, a suposição de que todo conhecimento — da prática quotidiana ao saber elaborado da ciência e da filosofia — se processa não a partir dos fatos e por meio de mecanismos perceptivos, mas sempre e necessariamente a partir de outros conhecimentos. Mesmo os conceitos mais rudimentares, mesmo os primeiros conceitos formados pela criança bem pequena recorrem, no processo da sua formação, ao que a memória já registrou, registro sem o qual não é possível reconhecer. Em segundo lugar, a suposição de que os "outros conhecimentos" que precedem a produção do conhecimento que se forma são organizados, ou seja, contam com uma organização, pertencem a um conjunto articulado que possui e produz significados. Daí porque, tratando da produção do conhecimento científico, tanto Bachelard quanto Althusser dão ênfase a este conhecimento

antecedente e consideram que ele, enquanto conjunto articulado, é teórico. Por isso que o conteúdo da noção de problemática, nestes dois autores, é teórico. O próprio Althusser, no entanto, ao definir a Generalidade I — forma pela qual ele designa a matéria-prima do conhecimento em formação —, inclui nela tanto fatos ideológicos como conceitos científicos, sendo estes considerados como pertencentes a uma ex-Generalidade III — produto teórico novo de uma ciência.

Meu argumento aqui é que, se os conhecimentos disponíveis quando um novo conhecimento se forma são organizados, como esses conhecimentos disponíveis pertencem, pelo menos em parte, a um campo ideológico, eles estão de algum modo inseridos na organização deste campo ideológico. Por isso que, do ponto de vista sociológico, senão mesmo também do epistemológico, a noção de problemática deve contemplar, além do conteúdo teórico, também um conteúdo ideológico. Suponho, ainda, que deva existir uma articulação definida entre esses dois tipos de conteúdo.

II - A OBRA DE FLORESTAN FERNANDES COMO PONTO DE PARTIDA PARA PENSAR UMA HISTÓRIA DA SOCIOLOGIA NO BRASIL

Preciso lembrar que este é apenas um esboço de análise, e esboço preliminar, fruto de uma primeira releitura sistemática da obra de Florestan Fernandes. Especialmente para o objetivo de demarcação de uma problemática específica construída pela produção sociológica de Florestan Fernandes, penso ser adequado abordá-la através de cinco planos principais, planos em que, pelo menos no momento, me parece que ela se desdobra.

Um primeiro plano abrange um conjunto de preocupações que têm caráter ético-político, como, aliás, toda a obra de Florestan Fernandes, mas em que os temas centrais são a ciência e o intelectual (em particular a sociologia e os sociólogos), sempre tratados em torno de uma questão central, que é a responsabilidade social do cientista, muitas vezes apontando as tarefas que para ele se impõem na situação histórica concreta. Florestan Fernandes aborda estas questões numa dimensão histórica e numa dimensão ética. Este tipo de preocupação parece estar sempre presente não só na obra, como na vida de Florestan Fernandes, orientando-o para um certo tipo de trabalho, para uma determinada maneira de conduzir este trabalho e para o privilegiamento de certas temáticas.

Um segundo plano se refere aos objetos da pesquisa substantiva de Florestan Fernandes. Entendo que há uma grande coerência percorrendo o conjunto dos estudos e pesquisas que formam sua obra. A meu ver, esta coerência decorre, em primeiro lugar, do fato de Florestan Fernandes assumir, permanentemente, o ponto de vista dos dominados,

no rumo de pensar, e de atuar, voltado para a transformação social. Mas não apenas porque ele tome como objeto de estudos os dominados — o que, aliás, faz exemplarmente —, e sim, principalmente, porque ele o faz do ponto de vista dos próprios dominados, com a pretensão de traçar como perspectiva de construção do objeto e de adotar como perspectiva de análise esse mesmo ponto de vista.

Não que ele tenha elaborado um projeto prévio que fosse sendo desenvolvido ao longo do tempo. Ele mesmo esclarece que "em cada projeto estava satisfazendo a determinados impulsos" (F. Fernandes, A Condição de Sociólogo, 84) e chega a falar em "oportunismo na escolha dos assuntos, em função das condições do ambiente e das oportunidades" (id., 23-24). Contudo, não é difícil entender que nem todas as oportunidades surgidas devem ter sido aproveitadas, tendo-se oferecido possibilidades de escolha ou de recusa, sendo que somente algumas oportunidades foram de fato admitidas como tal e exploradas. O que me parece importante salientar, no entanto, é que, no seu conjunto até agora, a produção de Florestan Fernandes pode ser caracterizada como tomando como objeto o que eu chamaria de "os dominados" (termo que o próprio Florestan Fernandes talvez preferisse substituir por excluídos, oprimidos, subalternizados), procurando adotar a ótica da posição social dos dominados, numa grande coerência científico/política, ou, como ele mesmo define, militante, no sentido de exercício pleno da responsabilidade social do cidadão cientista). Assim é que Florestan Fernandes estuda: o folclore; o índio; o negro; o Brasil ou a América Latina — enquanto sociedade de classes, permeada, portanto, por relações de exploração e estudada do ponto de vista das classes exploradas e dos sem-classe — e enquanto nação (ou conjunto de nações) dominada(s), heteronômica(s), periférica(s), dependente(s); a dominação burguesa e seus limites, do ponto de vista dos trabalhadores.

Na verdade, parece-me que o objeto privilegiado dos estudos de Florestan Fernandes envolve os mecanismos de subalternização, as formas próprias de organização e de resistência dos subalternizados, as possibilidades históricas da transformação dessa dominação, as condições políticas de intervir/acelerar essa transformação.

Um terceiro plano envolve questões referentes à produção do conhecimento, por um lado no campo das relações entre ideologia e conhecimento, discutindo as possibilidades do conhecimento e os limites da consciência, e por outro lado no campo mais especificamente metodológico e metateórico.

Um quarto plano é dedicado a uma das grandes preocupações de Florestan Fernandes: a educação. Sempre a partir da compreensão do vínculo estreito entre educação

e sociedade, sempre na defesa da escola pública e na perspectiva de inserção das questões da educação, em geral e da universidade, em particular, com a transformação social. Um dos pontos que nesse plano merece sua atenção especial é a formação de sociólogos, na qual se destaca a importância atribuída por ele ao estudo da teoria sociológica, em especial a teoria produzida pelos clássicos, e para a qual sua contribuição é significativa não só em termos de teoria e de método, mas também de sociologia da sociologia e de prática profissional.

Um quinto plano inclui as reflexões e as intervenções de caráter especificamente político, dotadas de rigor e de coerência raros, tanto no sentido teórico, quanto no sentido prático e que singularizam a dimensão ética e a integridade pessoal, intelectual e política de Florestan Fernandes.

Compromisso Ético da Ciência e Responsabilidade Social do Cientista (uma primeira aproximação)

Se há um referencial constante em todo o pensamento de Florestan Fernandes é o desenvolvimento capitalista, sempre e em primeiro lugar na sua estrutura e na sua dinâmica em geral, internacional e, sempre em relação com elas, na sua especificidade periférica ou dependente. Quando se preocupa com a sociologia como ciência e com o sociólogo como intelectual socialmente responsável, Florestan Fernandes o faz contextualizando a ciência e o cientista na sociedade burguesa, destacando as exigências e as seduções do poder burguês e, por outro lado, os interesses de classe, diferenciados, as possibilidades e os limites de racionalidade da atividade científica e o que entende como tarefas decorrentes do compromisso ético do intelectual enquanto intelectual.

Há dois temas que sobressaem como organizadores nesse campo: a contaminação burguesa do trabalho intelectual e a dependência cultural. A eles contrapõe a autonomia intelectual, bem como uma concepção da ciência enquanto intrinsecamente revolucionária e do intelectual responsável e comprometido com a liberdade. Entende que o "primeiro ato de autonomia intelectual do sociólogo desenha-se nesse plano de auto-afirmação como e enquanto cientista: a ciência o compromete eticamente tanto com os seus critérios de verdade (e de verificação da verdade), quanto com as transformações do mundo que possam resultar da aplicação de suas descobertas". (F. Fernandes, A Sociologia no Brasil, 129).

O desenvolvimento da ciência sob o capitalismo é tratado em termos de "contaminação burguesa". Para Florestan Fernandes, "a sociedade capitalista expôs a

ciência (e com maior razão a tecnologia, que possui essa função) a uma relação instrumental com a defesa e o fortalecimento da ordem — com a consolidação e a perpetuação da burguesia como classe dominante (e de modo tanto mais intenso e conservador e violento quanto essa dominação passou a ser mais ameaçada). O que significa que o elemento revolucionário, intrínseco à ciência e à tecnologia baseada na ciência, é cortado, inibido, neutralizado, ou congelado de acordo com interesses ou com valores que não partem do horizonte intelectual do cientista ou do tecnologista, mas que se impõem a partir da base econômica, da organização social e dos dinamismos políticos da sociedade capitalista.

A contaminação burguesa visível ou invisível do pensamento racional intrínseco à ciência e à tecnologia científica opera nesse plano irremediável... A ciência e a tecnologia científica convertem-se em servas de um sistema de dominação e de poder, a tal ponto que elas realizam, dentro e sob o capitalismo, essa dominação e esse poder." (F. Fernandes, A Natureza Sociológica da Sociologia, 24). Há nesse pensamento uma clara oposição entre a racionalidade histórica da burguesia (que se transforma de acordo com os momentos históricos que a própria burguesia constrói quando conquista revolucionariamente o poder e depois quando o consolida e se torna classe dominante) e a racionalidade tida como intrínseca à atividade científica (que é facilitada ou é cerceada em cada um daqueles tempos históricos distintos).

Essa reflexão se estende, naturalmente, à sociologia. Florestan Fernandes entende que "a burguesia revolucionária precisou da sociologia, como 'técnica de autoconsciência', de previsão histórica e de ação social construtiva. No momento atual, de contra-revolução, as burguesias do 'centro' ou da 'periferia' não apelam mais para a imaginação criadora dos cientistas sociais. Elas dependem de uma tecnologia incorporada à ordem e que gravita em torno do terror organizado e institucionalizado, para o qual o sociólogo só interessa se deixar de ser um investigador, para ser um 'funcionário'." (F. Fernandes, A Sociologia no Brasil, 127). Assim, os vínculos da sociologia com a sociedade mostram desde o início um forte comprometimento com a ordem. Florestan Fernandes chega mesmo a dizer que, "em linguagem de Gramsci: os sociólogos nascem como 'intelectuais orgânicos da ordem'." (F. Fernandes, A Natureza Sociológica da Sociologia, 26).

Analisando "como a alteração do status da burguesia repercute no íntimo do 'pensamento burguês'", afirma: "como classe dominante, a burguesia deixa de ser portadora de uma imagem revolucionária da 'transformação do mundo'. Nem por isso ela podia aderir a uma 'visão estática do mundo'. Deixar de ser portadora de uma teoria crítica da

sociedade, é uma coisa; atrelar-se a um pensamento 'historicamente vazio', outra. Não podemos nos esquecer de que o aparecimento da sociologia coincide com a consolidação da burguesia como classe dominante. Uma classe dominante 'em consolidação' necessita de uma teoria da sociedade dotada de um mínimo de racionalidade e de historicidade. Em contraponto, a negação da ordem procede das fissuras da classe dominante. A pressão de baixo para cima oferece uma base material para a aceitação e a propagação de uma teoria da sociedade dotada de um mínimo de crítica da sociedade 'anti-burguesa.'" (id., 20)

Deixando de lado, por enquanto, a afirmação de que "a negação da ordem procede das fissuras da classe dominante", afirmação que precisa ser cotejada com outras do próprio Florestan Fernandes sobre o mesmo tema, quando estuda especificamente essa questão da relação de classes, o que sobressai aqui é sobretudo a relação muito íntima entre sociologia e burguesia. Florestan Fernandes fala em "infiltração direta e maciça de idéias, ideais, valores, ideologias e utopias burgueses" na sociologia, caracterizando "a contaminação burguesa do pensamento sociológico" como uma "fatalidade histórica". (id. 25). Pensando na fase considerada clássica da sociologia, entende que então a contribuição dos sociólogos se relacionava com "a hegemonia cultural e com a eficácia política daqueles setores (burgueses) na sociedade global. Por essa razão, ela vem tão impregnada — e fica assim até hoje, em muitas de suas correntes — de componentes liberal-conservadores de legitimação da ordem, de reforço ideológico da dominação burguesa, de mistificação ou ocultamento das bases materiais do sistema capitalista de poder (e, especialmente, de suas fissuras, contradições, catástrofe potencial, etc.). Indo mais ao fundo dessa conexão: a sociologia se propunha descobrir 'alternativas' para o uso racional dos recursos materiais e humanos da sociedade em um momento dado e para a seleção racional de transformações inevitáveis, dentro de uma estratégia de defesa e consolidação da ordem existente (note-se: segundo gradações que vão do reacionarismo ao conservantismo e ao reformismo). O que fez com que as manifestações centralmente burguesas do pensamento sociológico tivessem funções científicas determinadas (como codificação abstrato-formal de polaridades ideológicas e, mesmo, utópicas do 'movimento burguês', reacionário, conservador ou reformista-radical)." E conclui: "Esses aspectos da formação do pensamento sociológico têm sido negligenciados pelos historiadores da sociologia." (id. 26). Deste modo, a pressão da sociedade para a formação e a consolidação da sociologia como ciência é, de fato, essencialmente pressão burguesa, que, por isso mesmo, no entendimento de Florestan Fernandes, se estimula, também limita o desenvolvimento desta ciência.

"Queiramos ou não", diz Florestan Fernandes, "sob o capitalismo e dentro de uma sociedade capitalista ('forte' ou 'fraca'; 'democrática' ou 'autocrática'), os controles externos e a repressão da imaginação criadora corroem tanto a sociologia como ciência, quanto os papéis intelectuais construtivos do sociólogo". (id., 13). Mas isso não é tudo, claro. Porque, afinal, a sociedade burguesa é uma sociedade de classes, portanto diferenciada, contraditória. Florestan Fernandes entende que "a sociologia reflete o caráter antagônico da civilização capitalista". Para ele, "a sociologia não se estilhou em nossos dias. Ela nasceu estilhada e não poderia ser diferente, dada a sociedade que a engendrou e os dilemas sociais que ela enfrentava." (id., 27) Se a sociologia nasce com a implantação da ordem burguesa e serve a ela, como a sociedade burguesa é "estilhada", a sociologia reflete esse estilhamento. É ainda por meio da noção do "estilhamento" objetivo da realidade social capitalista que Florestan Fernandes lida com as divisões teóricas e metodológicas que a sociologia apresenta. Diz ele "...o referido estilhamento tem uma função construtiva. Graças a ele, antes do aparecimento do relativismo na física e na química, as ciências sociais exploraram os vários caminhos e conseqüências que resultam de uma compreensão adequada e das soluções das implicações da posição do sujeito na investigação científica". (id., 27-28) É por aí que busca explicação para o desdobramento das várias problematizações dos diferentes sociólogos. Pergunta-se ele:

"Por que tantas tendências e tantas 'pugnas' teóricas ou metodológicas dentro da sociologia? Eis o fato capital: antes da crise do capitalismo e de sua civilização, as contradições do capital industrial, do regime de classes e do Estado capitalista cindiram irremediavelmente a sociologia, tanto metodológica, quanto lógica e ontologicamente." (id., 28). E continua: "Se a sociedade capitalista não fosse intrinsecamente antagônica, as diversas problematizações da sociologia e as 'soluções metodológicas' correspondentes convergiriam para uma superposição e uma coordenação em termos de complementaridade, de imediato, e de unificação teórica, a médio prazo." (id. 29). Reafirma, assim, que "a fratura da sociedade reproduziu-se na fratura da ciência". (id. 29) Persistindo nesse nível de subordinação das idéias (no caso, uma ciência específica) à "realidade objetiva" coloca, de um lado "estilhamento" teórico e metodológico, podendo ou não, e devendo ou não, estabelecer uma relação de complementaridade entre os "estilhaços"; e de outro lado, a "unificação teórica". Considera que tal unificação teórica "não pode ser proposta apenas como um problema epistemológico, já que o estilhamento da sociologia só pode ser superado após a desagregação da ordem social antagônica existente". (id. 27-28). Quer dizer, enquanto a sociedade for dividida (o conceito

subjacente à sua análise é o conceito de sociedade de classes), a sociologia será também irremediavelmente dividida entre tendências, para as quais, porém, curiosamente, Florestan Fernandes aponta a possibilidade de tratamento em termos de complementaridade, o que foge drasticamente da sua própria compreensão do tipo de relações existentes ao nível da realidade social nas sociedades de classes, que absolutamente não são tidas como de complementaridade, mas de exclusão, exploração, dominação. Esse é um problema importante a esclarecer no pensamento de Florestan Fernandes, num estudo que, porém, cabe melhor no plano das suas preocupações especificamente metodológicas e metateóricas.

Só como indicação de mais uma dimensão a considerar nesse mesmo problema, a solução que fica até então apontada é a da unificação teórica e metodológica e não qualquer tipo de confronto no plano científico entre as diferentes "explicações", com a localização de avanços e de recuos e com alguma possibilidade de superação de corpos teórico-metodológicos sobre outros corpos teórico-metodológicos. E essa unificação parece depender inteiramente da existência real de uma sociedade unificada, pensada como um futuro possível, e desejado, para além de uma revolução capaz de abolir efetivamente a sociedade de classes.

Todas essas determinações mais gerais sobre a sociologia e o papel dos sociólogos são pensadas através da origem e do pertencimento de classe desses intelectuais e dos mecanismos institucionais dentro dos quais exercem o seu ofício. No seu belo trabalho sobre "A geração perdida", Florestan Fernandes esclarece várias das indagações que vimos de fazer. Numa análise concreta como esta, não só as classes, mas os conflitos de classe e as contradições emergem, dando densidade explicativa à análise. E a participação ativa e efetiva nestes conflitos e nestas contradições se torna decisiva para a compreensão das potencialidades e dos limites da atividade intelectual. Diz Florestan Fernandes: "Nenhuma geração escapa às limitações da sociedade a que pertence. E concretamente se se trata de uma sociedade de classes, nenhuma geração pode compensar, por si mesma, as debilidades dos conflitos de classe ou a sua sufocação, se elas existirem como realidade histórica. Quando estamos sob a égide do capitalismo, as gerações só podem dar contribuições mais ou menos ricas e revolucionárias em função dos antagonismos irreconciliáveis em que se imiscuírem, não por si mesmas, mas por suas vinculações com a irrupção e a violência construtiva dos conflitos de classe". (F. Fernandes, A Sociologia no Brasil, 239 - grifado por mim, M.L.C.). A análise não se faz mais somente relacionando, abstratamente, idéias de um lado, e realidade objetiva de outro, esta determinando aquelas. O que aparece em

determinados escritos como determinação que parece simples e direta, aqui se esclarece e alcança um outro nível, em que é a participação ativa que estabelece os nexos através dos quais aquela determinação se realiza e em que o plano das idéias também pode desempenhar um papel ativo no processo de determinação, que, portanto, já não é mais simples, nem direto, nem pleno.

As condições objetivas do exercício da atividade intelectual, as identificações sociais (sempre ao mesmo tempo políticas) dos intelectuais e sua base institucional, além dos mecanismos de cooptação dos intelectuais, demarcam os limites da sua liberdade de imaginação e de criação, bem como do seu radicalismo e da sua autonomia intelectual. Refletindo sobre sua própria geração, Florestan Fernandes a localiza socialmente: "a maioria dos intelectuais tinha uma origem de classe pequeno-burguesa ou burguesa". Lembra "a ambivalência das classes médias, que tendem a oscilar para opções nascidas das classes dominantes" e recorda que "o que os setores médios realmente queriam no Brasil, no fim do Império e durante todo o período 'republicano'" era "pura e simplesmente, desnivelar o privilégio, ter acesso ao privilégio, ao poder de mando ou de decisão que ele conferia". (id. 240). As conclusões a que a análise produzida nesses termos conduz permitem desnudar duramente, pelo menos aquela geração de intelectuais, descobrindo, como diz Florestan Fernandes, "algo que não é muito agradável. Um radicalismo de classe média inosso e informe, intrinsecamente oportunista, frágil e covarde, pronto a compor-se com as manipulações conservadoras ou reacionárias das elites das classes altas e dominantes. Como parte dessa classe média e de sua 'falta de tradição política' — tratava-se de um setor médio em aparecimento e em crescimento — o intelectual que tinha essa origem não se dispunha a separar, brusca e radicalmente, a sua posição como intelectual da sua posição de classe. Ao contrário, aquela servia de base material para a ascensão, a manutenção ou a melhoria desta. Cumpria, acima de tudo, preservar ou adquirir um estilo e um padrão de vida que convertia o intelectual em prisioneiro de sua classe e de sua situação de classe... Um radicalismo intelectual 'puritano' e 'inconformista', dentro dos muros da instituição: sim! Um intelectualismo radical que ameaça e destrói a posição de classe: não! Mesmo restringindo a descrição aos fatos mais evidentes, por aí se vê por que nem toda a geração se radicalizou intelectualmente, a ponto de assumir coletivamente a atitude política inerente à parte militante da intelligentsia crítica, e por que, no fundo, tão poucos foram verdadeira e congruentemente inconformistas na esfera do pensamento, da imaginação e da ação". (id., 240-241). Se por um lado, a sociedade pede "a participação apologética do intelectual" (F. Fernandes, A Condição do Sociólogo, 55), por outro lado

"os próprios. intelectuais minam a 'liberdade intelectual' e a 'responsabilidade do cientista social', pois, na medida em que estão presos umbilicalmente aos interesses das profissões liberais e às posições elitistas, atuam na prática como forças de manutenção e de fortalecimento da democracia restrita". (id., 163-164). Deste modo, por sua origem e sua posição de classe, tendem em geral a desenvolver, quando muito, um radicalismo intra-muros institucionais, tratando instrumentalmente o pertencimento ao quadro "dos intelectuais" como forma de ascensão social individual e de fortalecimento da ordem.

Nesse sentido, a base institucional se convertia "na cidadela de um inconformismo intelectual que não pretendia 'agredir a sociedade', mas apenas fornecer-lhe uma alternativa de transformação cultural e de compreensão de si mesma". (F. Fernandes, A Sociologia no Brasil, 242). As análises que Florestan Fernandes produz sobre o espaço institucional, principalmente a universidade, são complexas e merecem atenção detida. Alguns pontos precisam ser melhor esclarecidos. Aqui ele fala na instituição enquanto cidadela de um inconformismo intelectual restrito e intra-muros, o que está de acordo com a análise da estrutura espacial da USP, segundo ele "montada para facilitar o isolamento, para pulverizar o intelectual" (F. Fernandes, A Condição de Sociólogo, 143). Mas, pelo menos numa primeira aproximação, não parece estar tão de acordo com a idéia de que "o intelectual podia ser mais radical no plano externo, de sua relação com a sociedade, que no plano interno, de sua relação com a instituição inovadora (na universidade), pois dentro desta o poder de controle conservador era mais concentrado e perigoso", o que traz o efeito negativo de que "as 38 opções ideológicas 'conservadoras', 'liberais' e 'radicais-liberais' são toleradas e expõem os estudantes a uma irradiação sistemática de ideologias compatíveis com a ordem, com o controle conservador do poder e com a chamada 'neutralidade ética' do intelectual, algo incompatível com a atitude política de qualquer intelligentsia militante". (F. Fernandes, A Sociologia no Brasil, 228,229). Parece-me que Florestan Fernandes está tocando em algumas das especificidades e contradições da nossa universidade, espaço institucional que abriga um certo inconformismo dentro da ordem e limitado pelo próprio espaço institucional, o que é muito pouco diante das exigências de liberdade e de crítica do exercício pleno da função intelectual, mas que, por outro lado, em certas circunstâncias históricas de fragilidade da situação social e cultural, pode se constituir em refúgio para intelectuais que ficam "à mercê de artifícios para abrir um espaço cultural e político suscetível de alimentar as expressões de imaginação criadora verdadeiramente inconformistas ou revolucionárias". (id, 239).

Seguindo esta última linha de análise, Florestan Fernandes mostra "porque os intelectuais surgidos com a Universidade de São Paulo se empenharam com tanto ardor em explorar a vida institucional, com seu espaço cultural e político, para inovar. Sob certos aspectos, com eles ocorre a primeira coincidência de uma geração ter a possibilidade de proteger-se pela segregação espacial e pelo isolamento cultural: a instituição, sob o manto mascarado e mistificado do elitismo cultural, introduzia no meio ambiente vias próprias de liberdade de pensamento, de ousadia criadora e mesmo de 39 rompimento com os 'costumes' ou com a 'ordem'." (id., 239). Mas adverte: "Não era a ordem burguesa que conferia essa liberdade e essas possibilidades; elas apareciam como uma conexão do elitismo, do fato de as 'escolas superiores' sempre terem sido instituições conservadoras e da inexperiência intelectual das classes dominantes na era em que a eclosão modernizadora de São Paulo rasgava um clarão em uma sociedade de classes tão provinciana e parca de 'inquietação burguesa'." (id., 239-240). No fundo, o que parece mover Florestan Fernandes nessas análises é sua preocupação fundamental com as possibilidades e os limites da autonomia intelectual e do grau de liberdade que o intelectual consegue, social e institucionalmente, para o exercício da sua função.

Com todo o condicionamento histórico, social e institucional, Florestan Fernandes trabalha com a idéia de uma caracterização própria da atividade científica e da atividade intelectual, no sentido de que há papéis que são inerentes à função intelectual e características que são inerentes ao fazer ciência. E esses papéis e essas características envolvem liberdade, crítica e compromisso social contra a dominação, a opressão, a exploração. Florestan Fernandes é claro é incisivo a respeito. Diz: "Não compartilho da idéia-refúgio de que a 'neutralidade científica' e a 'condição profissional' isentam o sociólogo da responsabilidade intelectual e política (não só como um 'momento de opção moral ou teórica', mas também como um 'momento de opção prática': o que quer dizer que defendo toda a carga possível da saturação-limite dos papéis intelectuais dos sociólogos — não servos do poder, porém agentes do conhecimento e da transformação do mundo)". (F. 40 Fernandes, A Natureza Sociológica da Sociologia, 15). O entendimento de Florestan Fernandes vai no sentido de que aquela responsabilidade intelectual e política a que se refere alcança a própria sociologia como ciência. Assim é que, segundo ele, "depois de muita mistificação sobre a 'neutralidade científica' e suas implicações, o sociólogo descobre que a explicação sociológica, ao nível macro-histórico, não pode ser dissociada do pensamento crítico e de uma posição militante sem se preverter". (Florestan Fernandes, A Sociologia no Brasil, 125). Ciência e ordem social iníqua aparecem como eticamente

incompatíveis. "Há os que 'defendem a ordem', e assim prolongam a própria crise; e há os que 'aceleram a história', e assim aprofundam a crise para se verem livres dela e de suas iniquidades." Diante disso, Florestan Fernandes afirma: "Eu próprio estou deste lado, que me parece intrínseco à opção com a qual o cientista deve se identificar, qualquer que seja o seu campo de especialização. Uma ordem social que se torna o reduto do pensamento reacionário e a base material da opressão institucionalizada divorcia-se por completo e definitivamente do pensamento científico. Não se pode, em nome da ciência, conviver com ela. A verdadeira ciência começa, então, com a pergunta: como enfrentar e destruir, da maneira mais rápida possível, essa ordem social?" (id., 128) Há aí não apenas uma identificação da "verdadeira ciência" com a transformação social, mais num sentido que não se esgota na explicação teórica, porque há mais do que meramente uma sugestão para o seu desdobramento numa prática que Florestan Fernandes identifica como "militante".

Aprofundando a análise sobre a neutralidade ética do cientista, Florestan Fernandes acaba por identificar nela uma forma de controle do poder estabelecido sobre a ciência e a tecnologia. Afirma que, "de fato, não existe tal neutralidade e ela é incompatível com o raciocínio científico, que exige, preliminarmente, a rejeição consciente de toda e qualquer contaminação que os ídola possam levar à explicação científica e ao uso racional de suas descobertas. Aí está, em seu sentido mais elementar, o caráter intrinsecamente revolucionário do raciocínio científico e porque a 'neutralidade ética' acaba se impondo como uma condição de controle externo da ciência e da tecnologia científica pelos ídola consagrados pelo capitalismo e pelo monopólio burguês do poder." (id. 129).

Esse campo de preocupações de natureza ético-política tem repercussões em todos os demais planos da atividade de Florestan Fernandes. Amparado nessas concepções do compromisso ético e da responsabilidade social histórica da ciência e do cientista, Florestan Fernandes é construtor e articulador de um projeto, que é profissional, mas também é político. É um projeto intelectual ao mesmo tempo ambicioso e exigente, que o torna um produtor e um propulsor de uma ciência comprometida com padrões rigorosos e de alta qualidade — com a conseqüente proposta de formação compatível com esse nível científico — e com uma produção científica relevante não apenas para o desenvolvimento científico, mas também e necessariamente relevante socialmente.

Diz ele, numa definição bem clara e direta: "minha atividade sociológica, como eu a entendo e pratico: um meio de relação crítica com a sociedade brasileira e de confronto com os dilemas históricos de nossa época." (F. Fernandes, Circuito Fechado, 1).

Como o vínculo institucional que estabelece com a USP foi fundamental para a definição das linhas de pesquisa e para a maneira de proceder para desenvolvê-las, não só metodologicamente, como também organizativamente, é bom lembrar como ele próprio pensou o desdobramento dessa produção. Diz que, "em termos dos sociólogos que brotaram da chamada experiência paulista, a evolução mencionada envolve três etapas de desenvolvimento histórico-sociológico da sociologia:

- 1) precisão científica: o essencial era 'fazer ciência': implantar a sociologia e a investigação sociológica em nosso meio, segundo os cânones mais rigorosos do raciocínio científico;
- 2) atividade negadora: a 'ciência' e a 'investigação sociológica' exigiam reflexão crítica — e reflexão crítica metódica, sistemática, pela qual submetíamos a sociedade brasileira a um novo crivo crítico. Portanto, o fim da década de 50 e o começo da década de 60 marcam a existência de um pensamento sociológico propriamente dito no Brasil. Ligado com a sociologia clássica e com as correntes contemporâneas da sociologia, mas centrado, como pensamento crítico e negador, na análise da sociedade de classes do capitalismo periférico, dependente e subdesenvolvido;
- 3) atividade política concreta: a sociologia que havíamos construído servia-nos, agora, como escora: com o pensamento crítico e negador tínhamos uma posição militante. ...A sociologia passa, pois, de autoconsciência crítica à condição de arma de combate. Isso não abrangia a todos, nem era para todos,... À pressão científica e à atividade negadora foi adicionada a atividade política concreta, por intersticial, pulverizada, insatisfatória que ela seja". (F. Fernandes, *A Natureza Sociológica da Sociologia*, 16-17).

Estou convencida de que tal projeto, tantas vezes confundido com uma "escola", que seria a suposta "escola paulista de sociologia", através de sua formulação e de seu desenvolvimento objetivo, que produziu obras e ações variadas, constituiu uma problemática própria específica, singular. É para a identificação desta problemática que meu atual projeto de pesquisa se volta, problemática que espero possa ser caracterizada na sua particularidade, com os temas e problemas que privilegie, com as formas de problematização com as quais opere preferencialmente e com as diferenciações que estabeleça com outras problemáticas que a antecedem e a sucedem.

BIBLIOGRAFIA CITADA

ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Étienne; ESTABLET, Roger. Lire le Capital, t. II. Paris: François Maspero, 1966.

_____. Pour Marx. Paris: François Maspero, 1967.

- BALIBAR*, Étienne. Écrits pour Althusser. Paris: La Decouverte, 1991.
- BACHELARD*, Gaston. Essai sur la Connaissance Approchée. Paris: Vrin, 1968 (2e éd.).
- _____. La Formation de l'Esprit Scientifique, Contribution a une Psychanalyse de la Connaissance Objective. Paris: Vrin, 1965 (4e éd.).
- _____. La Philosophie du Non, Essai d'une Philosophie du Nouvel Esprit Scientifique. Paris: P.U.F., 1940.
- _____. Le Nouvel Esprit Scientifique. Paris: P.U.F., 1963 (8e éd.).
- _____. Le Matérialisme Rationnel. Paris: P.U.F., 1953.
- _____. Le Rationalisme Appliqué. Paris: P.U.F., 1966 (3e éd.).
- CANGUILHEM*, Georges. "Sur une Épistémologie Concordataire", in: Georges BOULIGAND, et al. Hommage à Bachelard, Études de Philosophie et d'Histoire des Sciences. Paris: P.U.F., 1957.
- _____. Études d'Histoire et de Philosophie des Sciences. Paris: Vrin, 1989 (5e éd.).
- FERNANDES*, Florestan. Circuito Fechado, Quatro Ensaio sobre o "Poder Institucional". São Paulo: Hucitec, 1976.
- _____. A Sociologia no Brasil, Contribuição para o Estudo de sua Formação e Desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1977.
- _____. A Condição do Sociólogo. São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. A Natureza Sociológica da Sociologia: Ática, 1980.
- FICHANT*, Michel et Michel *PÉCHEUX*. Sur l'Histoire des Sciences. Paris: François Maspero, 1969.
- FEYERABEND*, Paul. Contra o Método. Rio de Janeiro: Liv. - Francisco Alves Ed., 1977.
- FOUCAULT*, Michel. Dits et Écrits, 1954-1988 (edição estabelecida sob a direção de Daniel DEFERT e François EWALD), tomos I a IV. Paris: Gallimard, 1994.
- KUHN*, Thomas S. The Structure of Scientific Revolutions. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1970 (2nd ed.).
- PÉCHEUX*, Michel et Étienne *BALIBAR*. "Definitions" in Michel FICHANT et Michel PÉCHEUX, op.cit.